



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Poder Legislativo do Balneário Pinhal

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS AO PROJETO DE LEI Nº 90/2025 DE ORIGEM DO PODER LEGISLATIVO

A gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos é um dos principais desafios enfrentados pelos municípios brasileiros. Estima-se que cerca de **50% do lixo domiciliar** gerado seja composto por resíduos orgânicos, que atualmente têm como destino final os aterros sanitários ou, em muitos casos, lixões a céu aberto. Essa prática representa não apenas um desperdício de recursos, mas também um impacto ambiental significativo, com a geração de chorume, emissão de gases de efeito estufa e o encurtamento da vida útil dos aterros.

A implementação de um **Programa Municipal de Compostagem** surge como uma solução ambientalmente correta, economicamente viável e socialmente justa para o tratamento dos resíduos orgânicos. A compostagem transforma restos de alimentos, podas de jardim e resíduos agroindustriais em um fertilizante natural rico em nutrientes, reduzindo a necessidade de insumos químicos na agricultura e promovendo a recuperação do solo.

Dessa forma, a criação de um Programa Municipal de Compostagem é uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida da população e fortalecer a governança ambiental no município.

Balneário Pinhal, 17 de setembro de 2025

Alexandra S. Andrade

Verª Dra. Alexandra Andrade

União Brasil

Câmara de Vereadores de Balneário Pinhal
Av. Itália, n 2465 - Centro - CEP 95.599-000
Fone/Fax: 51 3682.2600 - Balneário Pinhal/RS
E-mail: camarabalinhal@yahoo.com.br
Site: <https://balneariopinhal.rs.leg.br/>

Recebi em 18/09/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal RS
13/8



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Poder Legislativo do Balneário Pinhal

PROJETO DE LEI Nº 90/2025 DE ORIGEM DO PODER LEGISLATIVO

"Cria Programa Municipal de Compostagem Urbana e dá Outras Providências"

Art. 1º Fica criado o Programa de Incentivo à Compostagem de Resíduos Orgânicos provenientes do processamento de alimentos nas unidades escolares, instituições públicas, privadas e da sociedade civil e residências, a fim de destinar o composto Orgânico resultante a projetos de agricultura familiar, hortas Comunitárias, hortas urbanas e periurbanas, hortos de mudas, dentre outros.

Parágrafo Único – Entende-se como compostagem orgânica o processo de oxidação biológica por meio do qual microrganismos decompõem os compostos da matéria orgânica, de forma a recicla-los e transformá-los em fertilizantes e adubo para jardins, hortas e afins.

Art. 2º As Escolas que dispuserem de terrenos que possam ser aproveitados para os fins estabelecidos por esta lei, poderão elaborar seus projetos, desenvolver parcerias e destinar o composto orgânico ou utilizá-lo em sua própria horta, quando couber.

Parágrafo Único - Podem ser criadas medidas de incentivo a escolas que aderirem ao Programa conforme regulamento próprio.

Art. 3º As políticas públicas relacionadas e a regulamentação deste programa deverão observar as seguintes diretrizes:

- I - adoção de estratégias ambientalmente corretas, inclusive com o uso de inovações tecnológicas, para a destinação responsável e adequada dos resíduos sólidos orgânicos no Município;
- II - estímulos às iniciativas comunitárias e de cooperativas na gestão dos resíduos sólidos orgânicos; e
- III - adoção de estratégias de descentralização no gerenciamento dos resíduos sólidos orgânicos no território municipal.

Art. 4º São instrumentos de educação e conscientização ambiental do Programa Municipal de Compostagem urbana:

Câmara de Vereadores de Balneário Pinhal
Av. Itália, n 2465 - Centro - CEP 95.599-000
Fone/Fax: 51 3682.2600 - Balneário Pinhal/RS
E-mail: camarabalpinhal@yahoo.com.br
Site: <https://balneariopinhal.rs.leg.br/>

Recebi em 18/09/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal

1398



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Poder Legislativo do Balneário Pinhal

- I - a orientação da comunidade sobre as diretrizes e as ações necessárias para o destino responsável dos resíduos sólidos orgânicos;
- II - a celebração de convênios e parcerias com associações, instituições e empresas públicas e privadas, visando à implementação de projetos modelo de compostagem que atendam às finalidades previstas nesta Lei;

Art. 4º São objetivos do Programa Municipal de Compostagem urbana:

- I. economizar com os custos de gerenciamento de material orgânico;
- II. melhorar a qualidade dos resíduos de potencial reciclável;
- III. diminuir o volume de resíduos orgânicos nas estações de transbordo;
- IV. promover o conceito dos 3R(s) – reduzir, reutilizar e reciclar, na cadeia dos resíduos sólidos;
- V. fomentar a autonomia alimentar;
- VI. promover o associativismo.
- VII. informação e ensino das técnicas de compostagem;
- VIII. incentivo promoção e disponibilização técnica de meios para a
- IX. implantação de sistemas de compostagem doméstica nas escolas e em outras instituições públicas ou privadas que se integrem ao Programa;
- X. inclusão da compostagem e da reciclagem em empreendimentos e projetos de habitação de interesse social;
- XI. regulamentação da publicidade de produtos associados ao manejo de resíduos orgânicos, especialmente invólucros denominados biodegradáveis e compostáveis;
- XII. implantação, em feiras livres, de mecanismos de corresponsabilização e sensibilização de toda a cadeia produtiva envolvida na gestão dos sistemas de compostagem doméstica por meio da educação ambiental, visando ao aproveitamento integral dos alimentos.

Art. 5º A fim de atender aos objetivos propostos, o Poder Público deverá por meio da Secretaria do Meio Ambiente:

- I - promover ações educativas de esclarecimentos à população nas escolas públicas municipais, órgãos públicos e secretarias competentes, sobre os objetivos do Programa ora instituído;
- II - incentivar as ações adotadas por entidades privadas, direcionadas à reciclagem de materiais orgânicos, respeitados os recursos e meios administrativos disponíveis;
- III - firmar convênio com organizações, instituições, associações de moradores ou similares do município, para a realização da compostagem e produção de adubo orgânico e fertilizante orgânico;

Câmara de Vereadores de Balneário Pinhal
Av. Itália, n 2465 - Centro - CEP 95.599-000
Fone/Fax: 51 3682.2600 - Balneário Pinhal/RS
E-mail: camarabalpinhal@yahoo.com.br
Site: <https://balneariopinhal.rs.leg.br/>

Recebi em 18/09/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal/RS
1318



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL Poder Legislativo do Balneário Pinhal

- IV - criar mecanismos onde as pessoas possam adquirir os materiais de reciclagem de baixo custo, facilitando o processo de criação das composteiras;
V - promover oficinas de fabricação da "Composteira" caseira.

Art. 6º O Programa poderá contar com a colaboração de empresas, entidades civis sem fins lucrativos e órgãos públicos diversos, mediante a doação e o transporte de material orgânico tecnicamente apropriado para Compostagem, segundo as normas técnicas aplicáveis e a regulamentação desta lei.

Art. 7º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alexandra S. Andrade

Verª Dra. Alexandra Andrade

União Brasil

Câmara de Vereadores de Balneário Pinhal
Av. Itália, n 2465 - Centro - CEP 95.599-000
Fone/Fax: 51 3682.2600 - Balneário Pinhal/RS
E-mail: camarabalpinhal@yahoo.com.br
Site: <https://balneariopinhal.rs.leg.br/>

Recebi em 18/09/25
Secretaria CM
Balneário Pinhal RS 1318